

A CIDADE COMO ARENA POLÍTICA: CULTURA POLÍTICA E ESPAÇOS URBANOS NA CIDADE DO NATAL (DÉCADA DE 1960)

Wesley Garcia Ribeiro Silva¹

Em fevereiro de 1967, passado cerca de um ano da disputa eleitoral pelo Palácio Felipe Camarão, se configurava uma nova contenda na Cidade do Natal: desta vez para se saber aquele que iria reinar a cidade durante os festejos carnavalescos. O reinado de Momo ganhou aí grande destaque e atenção, sendo motivo para que a Prefeitura implementasse uma comissão de organização exclusiva para preparar as atividades lúdicas até a quarta-feira de cinzas.

Naquele mês de fevereiro, que completara o primeiro ano de mandato do então Prefeito Agnelo Alves, o carnaval estava na ordem do dia e toda atenção recaía sobre as questões relacionadas à estrutura das festividades, desde a estratégia de policiamento a ser efetivada, no sentido de evitar os excessos e preservar a moral das filhas e irmãs dos cidadãos natalenses, até o percurso do curso, o caminho em que as charangas deveriam seguir, trazendo os foliões que não frequentavam os requintados bailes de carnaval da cidade, nos salões de clubes como do América, ABC e Aero clube, situados nas áreas mais nobres.

Selecionadas as majestades carnavalescas, deu-se início as refregas. Numa manhã de sol que trazia a Rainha de Carnaval, a chave da cidade fora passada aos cuidados de Momo, pelo próprio Prefeito, no suburbano Bairro das Quintas, local também escolhido para dar lugar ao início do percurso do curso, que adentraria a cidade, rumo aos bairros centrais. A escolha das Quintas como local “inicial” das atividades festivas fundamentava-se por um quesito de importância simbólica: era colocado como espécie de uma das portas da cidade, exatamente pela sua disposição geográfica, na intersecção entre o campo e a urbanidade; no caminho para o interior do estado, em que a ponte de Igapó servia de ligação para entrada na cidade do Natal.

Contudo, o elemento simbólico se coloca para além desta justificação pautada pelos organizadores do carnaval de 1967. A área das Quintas era constituída, desde os tempos coloniais, por sítios que produziam gêneros alimentícios que abasteciam a cidade. Foi justamente por essa localização estratégica, no meio do caminho, que durante a dinâmica do crescimento populacional urbano, iniciado no período pós-segunda guerra mundial, que o bairro das Quintas viu sua ocupação aumentar. É só em 1947, durante a administração do então prefeito Sylvio Pedroza que as Quintas, assim como várias outras localidades, para além dos núcleos originários da cidade, fora colocado na categoria de bairro. Neste sentido, com a inserção de novos moradores, vindos principalmente do interior do estado do Rio Grande do Norte, o antigo lugar que servia essencialmente para produção de gêneros no sentido do abastecimento à cidade transformava-se em local de habitação de baixa renda,

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-Mail: <garciawesley@gmail.com>.

um bairro suburbano.

É nesta lógica que age o outro componente simbólico no que diz respeito às ações da administração pública da cidade. Naquela década de 1960, cada vez mais os grupos políticos no poder efetivavam ações no sentido de se fazer presente nos bairros suburbanos. Acontecimentos como o carnaval de 1967 sugerem significados de uma prática sobre os espaços urbanos que dizem respeito à sua própria configuração. Assim, os bairros suburbanos – cuja produção em termos de adensamento da ocupação populacional se deu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, se constituindo, portanto, enquanto os novos bairros da cidade – apresentavam outro tipo de produção a partir do esforço do poder público em se inserir nestes espaços.

Apontamos que tal presença, nas ações aparentemente as mais banais, tal qual a integração de bairros suburbanos às atividades festivas carnavalescas, estão permeadas de sentidos legitimadores do espaço urbano². Além de indicarem uma cultura política³ que buscava na identificação com as camadas populares um elemento central para a construção do seu discurso no cenário político norte-riograndense.

Assim, se por um lado o crescimento desordenado pelo qual a cidade passava fazia acentuar os graves problemas urbanos, denotando a incapacidade da administração municipal em acompanhar, com ações de melhoramentos efetivas, o grau de crescimento que a cidade tomava, por outro, se enganaria quem falasse numa completa ausência das ações da municipalidade. Paradigmaticamente, é neste período que o grupo sob liderança política de Aluizio Alves procurava se fazer cada vez mais presente no cenário urbano.

Os sentidos que permeavam tais iniciativas sobre a cidade se relacionam a práticas sobre o espaço urbano, ações que buscavam legitimar não apenas a integração – num sentido material, de implementação de melhorias, mas principalmente, num sentido simbólico – dos bairros suburbanos em formação à urbe natalense, mas também legitimar a própria identidade e poder do grupo com tais espaços, com as camadas populares.

Mecanismos de Legitimação: Ações Sobre os Territórios

Em termos de locais de festividades o Carnaval anterior ao do ano de 1967 foi diferente, e por isso mesmo confere para si um significado especial. Afinal, as atividades momescas de 1966 foram organizadas pela municipalidade apenas

² A ideia de práticas de legitimação do espaço urbano desempenhadas pelo poder estabelecido foi motivada a partir de Jacques Revel, quando ele discute um contexto totalmente distinto das ações do Rei da França sobre as diferentes regiões do reino durante a Idade Moderna. REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

³ O conceito de cultura política trabalhado neste texto apropria-se da renovação da chamada “Nova História Política”, discutindo as dimensões da vida política também enquanto fenômeno cultural, a partir das atitudes dos indivíduos, grupos e comunidades em relação tal esfera. Para uma discussão sobre a renovação dos estudos sobre o político, ver: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ FGV, 1996.

visando os tradicionais bairros da Cidade Alta e da Ribeira. O curso foi levado a cabo nas ornamentadas e eletrificadas ruas do Centro da Cidade, cujo ponto alto do carnaval de rua se localizava na Avenida Deodoro da Fonseca, na Praça Pio X, onde havia o palanque oficial armado. Era para ali que convergiam todas as atividades festivas de rua da cidade das 20h às 23h, em todos os dias de Carnaval.

Assim, nos bairros suburbanos, no que se refere à ação da municipalidade, o carnaval não mereceu maiores atenções naquele ano de 1966. As movimentações nos subúrbios se faziam por motivação espontânea dos foliões ali residentes, principalmente em decorrência das escolas de samba suburbanas, que saíam de sua sede em direção ao trajeto oficial do evento no centro natalense.

Não obstante, os jornais destacavam a dinâmica movimentação do então novo prefeito da cidade, Agnelo Alves, não só em planejar as atividades festivas, mas também de estar presente nelas. Como que empolgado pelo início de sua administração, o Prefeito “saía em disparada”⁴, frequentando os eventos lúdicos da cidade. Descrito como verdadeiro anfitrião oficial de momo, o prefeito participou não apenas do carnaval de rua, nas artérias do centro da cidade, desfilando em automóvel e subindo no palanque oficial, mas também visitou praticamente todos os concorridos clubes sociais, onde a “nata da sociedade natalense” participava dos requintados bailes.

Mas a pretensão da nova administração ia além de atuar em “disparada” (para utilizar o termo dos jornais) em relação às atividades lúdicas do carnaval. Desde a campanha eleitoral do ano de 1965, em busca dos votos dos setenta mil, seiscentos e oitenta e nove eleitores da capital potiguar, o então candidato Agnelo Alves, prometia tornar efetivas soluções para os graves problemas urbanos que acometiam a cidade.

No discurso do candidato à prefeitura, a cidade estaria emperrada na sua velha estrutura, fundada em bases antiquadas e superadas, necessitando de um sopro renovador, sangue novo advindo da administração pública, saindo da estagnação para a ação dinamizadora. E claro o então candidato se colocava possuindo tal constituição.

É interessante notar que ao falar de tais bases antiquadas Agnelo Alves referia-se não apenas à cidade, à sua estrutura, mas também à ação da prefeitura em relação a esta e à sua população. Apontando, portanto, um novo comportamento que a figura do Prefeito deveria assumir junto à cidade e aos seus cidadãos. A agenda de governo incluía em sua grande parte obras que dotasse a cidade de uma infraestrutura adequada.

Instado a debater sobre as ações que efetivaria uma vez no comando da cidade, o então candidato proferiu uma frase que se colocou de forma paradigmática para atuação de seu governo: “vou para a prefeitura com o intuito de renovar e ampliar as fronteiras da nossa municipalidade”⁵. As ações se fizeram justamente a partir de tal determinação. Agindo sobre os espaços já constituídos na cidade, mas também

⁴ ANFITRIÃO. *A Ordem*, Natal, 19 fev. 1966.

⁵ A ORDEM entrevista candidatos à prefeito de Natal: Lucena e Agnelo respondem ao povo. *A Ordem*, Natal, 18 set. 1965.

sobre os novos territórios em formação.

Ações que diziam respeito não apenas a questões de ordem material, de intervenção no espaço urbano, implementando obras de infraestrutura nos diversos bairros, mas principalmente iniciativas que se ligavam a componentes simbólicos. Ora, desde o seu primeiro ano de mandato (1966) que Agnelo Alves, à frente da prefeitura, procurava cada vez mais anunciar, inaugurar, comemorar as obras efetivadas em sua gestão, que se concentravam, em grande parte, nos bairros mais afastados do núcleo originário da cidade. Um crescente desejo de mostrar-se, de dar visibilidade a municipalidade, principalmente nos espaços que mais careciam de sua atuação.

E os periódicos, seja numa linha crítica, irônica ou simpática, noticiavam as visitas e inaugurações da prefeitura, que a partir de 1967 tornavam-se cada vez mais frequentes. Os motivos para a presença do Prefeito e de seu vice, Ernani da Silveira, *in loco*, nas diversas regiões da cidade eram os mais diversos, desde um anúncio do início de estudos e encaminhamentos para execução de um Plano Viário até o calçamento e iluminação de ruas da cidade.

Fora assim, a partir destas iniciativas que o Prefeito se dispôs a comemorar o seu primeiro ano de governo. No dia 31 de janeiro de 1967, o Executivo natalense pôs-se em um palanque armado na Praça André de Albuquerque, no centro da urbe, para inaugurar a Estação Metropolitana de Passageiros. Anunciava também a entrega ao povo de vinte e seis ruas calçadas a paralelepípedo nos subúrbios da cidade, além de pavimentação asfáltica e iluminação das ruas Junqueira Aires, Pe. João Manoel e Padre Pinto, no bairro da Cidade Alta, fazendo divulgar que as melhorias chegariam até o bairro do Alecrim, nas Avenidas Mário Negócio e Coronel Estevão, algo que proporcionaria um melhor deslocamento entre os bairros.

Realizados os festejos no centro da cidade, inaugurada a estação, o prefeito se encaminhou, no dia 25 de fevereiro do mesmo ano de 1967, aos morros de Aparecida, Mãe Luíza e Novo Mundo, para inaugurar o serviço de abastecimento de água, constituído por cinco chafarizes, com trinta torneiras que distribuía água de poços tubulares, que como se pronunciou, intentava resolver o grave problema da falta de água àquelas comunidades⁶.

Reunia-se a imprensa para divulgar as principais metas a serem alcançadas pela administração municipal, como a que anunciou que a construção de galerias pluviais nos bairros do Tirol e Petrópolis, seria uma das prioridades da gestão no ano de 1967, planejadas para serem efetivadas antes do inverno para evitarem a formação de lagos e crateras no leito das ruas⁷.

Anunciar e inaugurar obras as mais diversas parecia ser uma das grandes preocupações da prefeitura⁸. O destaque dos periódicos ficava por conta da presença da municipalidade na inauguração de praticamente todas as obras, o que possibilitava

⁶ PREFEITO COMEMORA 1º ano de governo. *A Ordem*, Natal, 7 jan. 1967.

⁷ GALERIA da Afonso Pena é meta principal da Prefeitura de Natal. *A Ordem*, Natal, 25 fev. 1967.

⁸ Para uma discussão sobre carreira e tempo da política num contexto mais contemporâneo, seguindo uma perspectiva antropológica, pela qual este texto é influenciado, ver: KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

um contato maior com a população, com os bairros, bem como, com suas distintas adversidades. O jornal “A Ordem” apontava mesmo que apesar de tudo, das complicações existentes, os bairros de Natal não se sentiam esquecidos pelos seus administradores, cuja presença se fazia sentir nos locais mais problemáticos.

A Vila de Igapó, região limítrofe norte da cidade, às margens do Rio Potengi, por exemplo, vira em menos de um ano, fora do período eleitoral, ao Prefeito e sua comitiva em três oportunidades. Em novembro de 1966, a municipalidade se fizera presente ali para inauguração de um poço tubular, com a finalidade de abastecer de água a população de cerca de mil habitantes.

Contudo, passado três meses da instalação do poço, “A Ordem” reclamava que este se encontrava em desuso, haja vista não ter sido colocado uma bomba para sucção e retirada da água do subsolo. Noticiado o caso, a prefeitura logo se dispôs a inauguração da bomba, celebrando que a população não mais precisaria abastecer-se nos antigos cacimbões, em que cada lata de água custava em média dez cruzeiros. Porém, novamente a Vila de Igapó, ou melhor, as matérias jornalísticas que a contextualizavam, levaram contrariedades ao Prefeito, afinal, mesmo com a inauguração do poço e posteriormente da bomba, a localidade continuava sem atendimento de energia elétrica, algo que impossibilitava a utilização da estrutura implementada⁹. E na terceira vez que a municipalidade se fez ali presente não foi para inaugurar a chegada da eletricidade, e sim para vistoriar os reparos no lastro da Ponte de Igapó, promovido pela Rede Ferroviária do Nordeste¹⁰.

Porém, era justamente a partir da questão da energia elétrica que a municipalidade mais procurava construir a sua visibilidade junto aos espaços e a população da cidade. Acompanhando a chegada do fornecimento de energia da hidrelétrica de Paulo Afonso e as execuções da Força e Luz, organismo do governo do estado destinado a administrar e executar os novos serviços de eletrificação, a Prefeitura ia promovendo eventos festivos a cada bairro e por vezes a cada avenida que recebia a nova eletricidade.

E com a chegada da iluminação a urbe se regozijava, adquiria outro aspecto com tons de beleza e progresso.

NATAL está se tornando digna de seu belo nome. O seu embelezamento está se acentuando cada vez mais, como também o seu progresso.

Podemos crer que NATAL será uma das mais belas cidades do NORDESTE. Um dos seus primeiros fatores é a iluminação a vapor de mercúrio, que está sendo colocada nas principais artérias da cidade. Como não poderia deixar de ser, o assunto em voga na cidade, é a nova iluminação.¹¹

E numa avenida e outra o Prefeito e seu vice sempre estavam dispostos a comparecer às comemorações de inauguração, promovendo o espetáculo

⁹ IGAPÓ tem poço sem bomba. *A Ordem*, 18 fev. 1967.

¹⁰ PONTE DE IGAPÓ recebe remendos. *A Ordem*, Natal, 12 ago. 1967.

¹¹ NATAL começa a ganhar luz. *A Ordem*, 24 jun. 1967.

proporcionado pela chegada da nova luz, cujos atos possuíam grande apelo popular, atraindo para os eventos habitantes não apenas do bairro ou da rua beneficiada, mas também da vizinhança.

A execução do Plano Piloto de Iluminação, levado a cabo pela municipalidade a partir do final do mês de abril de 1967, pretendia beneficiar as artérias centrais da cidade. E a cada etapa finalizada, a prefeitura constituía um evento público, convidando a população para conferir a nova noite iluminada da cidade: no dia primeiro de maio de 1967, inauguração das luzes da Avenida Apodi; e no dia dezanove de junho de 1967, inauguração da iluminação das Avenidas Tavares de Lira, Rio Branco, das ruas Cel. José Bernardo, Amaro Barreto e das Praças Gentil Ferreira, Carlos Gomes e José da Penha, constituindo assim o sistema espinha dorsal das luzes da cidade, fazendo uma espécie de corredor iluminado, desde o bairro do Alecrim, até a Ribeira, trechos prontamente percorridos pelo prefeito e pela população que o acompanhava. Como salientava “A Ordem”, “a cidade, antes escura, está[va] tomando um verdadeiro banho de luz, pois o Plano Piloto estende-se também pelos subúrbios”¹².

As datas das inaugurações das novas luzes das artérias da cidade eram por vezes selecionadas para se identificarem com outras celebrações, potencializando o valor simbólico dos atos, agregando um público maior e conferindo certa legitimidade de ação – pois não apenas se comemorava o lançamento de parte de uma obra, mas também algum feriado e/ ou dia santificado – frente aos grupos que criticavam as crescentes inaugurações festivas da municipalidade.

Foi neste sentido que se promoveu a inauguração da nova luz da Avenida Deodoro da Fonseca, uma das principais da cidade, no bairro da Cidade Alta, durante os festejos juninos de 1967. Eventos que, pela superposição de celebrações, davam força ao ritual comemorativo, permitindo extrapolar a mera divulgação da obra realizada, transformando-se em verdadeiros espetáculos lúdicos, mesmo que ainda ligados as questões políticas e religiosas. Assim, por exemplo, “A Ordem” anuncia aos seus leitores a programação da inauguração da nova luz:

Às 20 horas estarão no palanque armado na Praça Pio X, cruzamento com a rua João Pessoa, o Prefeito Agnelo Alves e as demais autoridades para assistirem a passagem de 300 alunos do Colégio Municipal, que partirão da sede da Escola, no baldo, em 40 carroças cantando músicas juninas e acompanhados de sanfoneiros.

*Após serem saudados pelo chefe da edilidade natalense os alunos do CM exibirão duas quadrilhas, sendo uma do curso primário e a outra do ginásial. As festividades se encerrarão com um casamento matuto.*¹³

Em agosto de 1967 era a vez do bairro das Rocas receber seu novo sistema de iluminação. E como que o prefeito não pudera participar do evento, este fora representado além de seu vice, pelo ex-governador do estado do Rio Grande do

¹² AGNELO E ERNANI inauguram iluminação da “J. Barreto”. A Ordem, Natal, 22 jul. 1967.

¹³ AGNELO E ERNANI inauguram iluminação da “J. Barreto”. A Ordem, Natal, 22 jul. 1967.

Norte e irmão do próprio prefeito, além de líder do grupo política o qual integrava, Aluísio Alves, que, não por acaso, também comemorava o seu natalício. E seja para vislumbrar o espetáculo das novas luzes, ou a figura carismática que o ex-governador assumia, uma grande massa de pessoas se deslocou em passeata desde a Vila Naval, até a praça da feira do bairro, local onde o ato de inauguração seria realizado.

E a cada ato comemorativo deste porte, as inaugurações encontravam ressonância, divulgação também a partir das notícias dos periódicos, que davam conta das ações realizadas, bem como daquelas que estavam por serem implementadas.

Em todas artérias daquele bairro [das Rocas] foram colocados postes de concreto, transformadores e lâmpadas de filara, com exceção das ruas São João e Areial, que receberam lâmpadas a vapor de mercúrio e luminárias ornamentais. Foram gastos na execução deste trabalho cerca de 50 milhões de cruzeiros antigos.

A próxima meta da administração Agnelo Alves é a iluminação de mercúrio da Avenida Salgado Filho, trecho compreendido entre a 15 e os transmissores da Rádio Cabugi, e do Bairro de Nova Descoberta.¹⁴

Assim, atraindo grande quantidade de pessoas para repetidos eventos comemorativos, cujos atrativos não eram apenas a presença e as falas dos personagens políticos, mas pelo entretenimento proporcionado pelas inaugurações em si, além do próprio espetáculo das luzes, como também pela reprodução destas ações nas páginas dos periódicos, a municipalidade via sua presença na cidade, desde os bairros centrais até os suburbanos ser multiplicada, uma atuação quase que constante.

Se as falas contidas nos jornais, num primeiro momento nos aparecem como divergentes em relação se as obras efetivadas pela municipalidade foram eficazes ou não, o que importa aqui é verificar que o poder público é cada vez mais requisitado enquanto instituição capaz de resolver os problemas citadinos.

De fato, tendo por base a dinâmica que a cidade do Natal chegava àqueles anos de 1960, nos é compreensível que as práticas políticas tenham também se modificado. Afinal, a administração pública tomava sua iniciativa imanente de organizar, sistematizar, controlar a cidade. Diante da complexidade que caracteriza o contexto urbano, haveria, portanto, novas maneiras de se promover a inserção da municipalidade nas novas áreas. Essa inserção se revestia num jogo de poderes, com características de (re)conhecimento mútuo, por parte do poder público em relação aos novos espaços, mas também destes em relação à municipalidade. Jogos de poder que produziam a cidade, com a integração dos novos territórios ao âmbito urbano, mesmo que essencialmente num viés de caráter político-administrativo. E é nesse contexto que se processa a construção da identificação do grupo político liderado por Aluísio Alves, do qual o então prefeito Agnelo Alves era uma figura de destaque, com as características e pretensões das camadas populares.

¹⁴ NOVAS LUZES para o bairro das Rocas. *A Ordem*, Natal, 12 ago. 1967.

Leituras da Política e da Cidade

As ações da municipalidade no sentido de se fazer presente nos espaços urbanos recém constituídos, não apenas efetivando obras de melhoramentos urbanos, mas também a partir de visitas e inaugurações com motivos os mais diversos, que se tornava, na administração iniciada em 1966, cada vez mais constante estampavam as páginas dos periódicos da época como um elemento novo da política municipal.

Afinal, a disposição do governo municipal em anunciar e publicizar suas ações no âmbito urbano – nas áreas centrais da cidade, mas principalmente nas áreas periféricas – não encontrara paralelo em relação às administrações anteriores. É claro que, além de se constituir enquanto elemento de legitimação dos espaços urbanos, a presença da figura da municipalidade nos acontecimentos os mais banais sugerem um esforço de capitalização simbólica para sua imagem pública.

Os atores contemporâneos pareciam reconhecer a constituição de novas práticas no exercício da política norte-rio-grandense, articulando-a a especificidade da dinâmica urbana de Natal da década de 1960. Contudo, as atuações de políticos, como Agnelo Alves, eram integradas a uma leitura do próprio desenrolar histórico da cidade, como um elemento mitológico, conjugando passado e presente. Na narrativa sobre as práticas políticas construídas neste ínterim sobressaía a compreensão que tinham acerca dos jogos de poder efetivados.

A disputa eleitoral travada em 1965 para decidir os ocupantes aos cargos de Prefeito da Cidade do Natal e de Governador do Estado do Rio Grande do Norte opunha dois grupos políticos distintos. De um lado a coligação “Cruzada da Esperança” (que congregava partidos como PSP, PTB e PTC), galgando os nomes de Agnelo Alves, para o Palácio Felipe Camarão, e do Monsenhor Walfredo Gurgel, para o Palácio do Governo; e de outro, as “Oposições Unidas” (cujo carro chefe era a UDN), trazendo as figuras do médico Pedro Lucena, como candidato a Prefeito, e Dinarte Mariz, concorrendo ao Executivo Estadual.

Uma eleição tão disputada, num período político tão conturbado, um ano após o Golpe Militar de 1964, exigia uma análise aprofundada por parte daqueles que acompanhavam o pleito. Foi pensando assim, que o jornal “A Ordem” optou por destacar as eleições numa perspectiva histórica, oferecendo aos seus leitores um panorama aprofundado. O interessante é o sentido que tal análise denotava. Pautando a vida política de Natal como uma espécie de destino manifesto a ser reproduzido.

Para “A Ordem”, chamava atenção o fato de que as eleições majoritárias no Rio Grande do Norte sempre tivessem se caracterizado pela dualidade de candidatos. Teria sido assim, pelo menos desde o período da redemocratização brasileira em 1947. Neste mesmo ano, promulgada a constituição estadual, seguiram-se os embates eleitorais que opuseram Udenistas (UDN) e Pessedistas (PSD), sempre se alternando no poder político.

Como explicava detalhadamente o periódico, no governo do estado, José Varela (PSD) se saíra vitorioso da contenda com Floriano Cavalcante (UDN), em 1947; na eleição de 1950, um racha no PSD fez com que Dix-Sept Rosado Maia, agrupando

dissidentes pessedistas, udenistas e petebistas, vencesse o candidato do governo Manuel Varela de Albuquerque; em 1955, mais uma vez a UDN se saiu vitoriosa, com Dinarte Mariz, superando Jocelin Vilar.

Nunca mais de dois candidatos: dualidade, tendência dos potiguares! Era tal questão que marcava o trabalho argumentativo da matéria, repetidamente destacada. E, como que para acentuar a legitimidade, a coerência do discurso que se deixava ler pelos leitores, “A Ordem” procurou bases científicas para referendá-lo de maneira definitiva. Assim, ouvido pelo jornal, o sociólogo Veríssimo de Melo explicou a sua tese: o fato da dualidade de candidatos nas disputas políticas teria justificativas antropológicas. Tese que seria muito bem fundamentada, com fatos verificáveis, como ele próprio explicou:

A história de Natal sempre caracterizou-se pela dualidade. As tribus indígenas que habitavam a cidade se dividiam em duas metades: uma que morava na colina (adorando lua e sol) e outra a beira do Rio Potengi (adorando pai e mãe, bom e mal – sempre dois valores religiosos).

Esta característica dual é própria da antropologia de Natal. O prof. Cascudo diz que os habitantes primitivos de Natal dividiam-se em Xarias (os mais ricos que comiam xaréu e xarela) e Canguleiros (pobres que se alimentavam de cângulo ou peixe poxo)¹⁵. A rivalidade era acentuada inclusive com demonstração de força física, entre os dois grupos. O prof. Cascudo diz que a rivalidade acabou em 1908 quando foram instalados os bondes de burros.

Entretanto, a minha opinião é que a dualidade não terminou a esta época. Ela é própria da vida de Natal. Transferiu-se para o esporte, dividindo a cidade em torcedores do ABC (canguleiros) e América (Xarias), clubes esportivos criados em 1915.

Na política a dualidade manifestou-se com o Sr. Café Filho que dizia abertamente querer ser votado pelos canguleiros, pois era um deles. Terminou vice-presidente da República.

Atualmente as bandeira vermelha (oposição) e verde (situação) demonstram a persistência dessa dualidade que é própria de Natal, desde nossos primeiros habitantes. Por força desta tendência sociológica nunca surgiram mais de dois candidatos. O que tem tendência a polarização em dois campos diversos, nunca mais.¹⁶

Confirmando a tese de Veríssimo de Melo, como colocava “A Ordem”, as eleições de 1960 também opuseram dois candidatos: Aluizio Alves e Djalma Marinho. A leitura

¹⁵ Luís da Câmara Cascudo, a quem se refere o sociólogo, narrou tal história, com uma pequena variação. CASCUDO, Luís da Câmara. “Xarias e Canguleiros”. In.: _____. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: IHGRN, 1999. Cap. XXII, p. 233-236.

¹⁶ ELEIÇÃO: perspectiva histórica. *A Ordem*. 2 out. 1965.

efetiva desta contenda pelo periódico era interessante, sempre se baseando numa perspectiva histórica, portanto, legitimando-a. Aí se colocariam os remanescentes de toda uma postura dual, uma vocação natural, de constituição sociológica, no modo de se vivenciar o clima político de Natal.

A “Cruzada da Esperança” representaria nitidamente os “canguleiros”, as camadas populares do estado, algo construído pelo próprio discurso da coligação. Era apontada como a nova classe política potiguar, que tinha na personalidade de Aluísio Alves (irmão de Agnelo) a liderança-mor e figura paradigmática. A UDN representaria os Xarias, a permanência do poder das oligarquias que dominavam a política norte-rio-grandense desde o período da redemocratização em 1947.

Continuando a sua argumentação, “A Ordem” explicava que o clima de radicalização das paixões, que teriam caracterizado a disputa de 1960, seria decorrente justamente deste papel de atualização histórica da dualidade. E todo um componente mítico é trazido à tona no momento de se explicar a contenda que aí se travou. Aluísio Alves surgiu para vida pública no seio da política oligárquica, alcançando quatro mandatos como deputado federal pela UDN. O governo de Dinarte Mariz deixava antever que o candidato natural dos situacionistas seria justamente Aluísio Alves. Contudo, a condução do processo político não poderia dar-se de maneira tão pacífica. Os jogos conturbados da disputa deveriam exercer a sua força histórica. Assim, problemas de cunho pessoal e partidário impediram a colocação do então candidato natural pela UDN. Após marchas e contramarchas o governador Dinarte Mariz apresentou para sua sucessão o então deputado Djalma Marinho. Aluísio Alves opôs-se, lançando-se candidato, após aglutinar em torno de si forças políticas e econômicas, tais como o major Theodorico Bezerra (tradicional chefe do PSD) e o deputado Clóvis Motta (membro de família conhecida pelo seu poderio industrial).

Assim, o que estava em jogo nesta leitura era o fato de que além da persistência, da força da tradição, da história da dualidade do poder, as disputas a partir de 1960 se colocariam com novos componentes, que a atualizariam, impulsionando-as, dando-lhes novo vigor.

As eleições de 1965 representariam a continuidade desta atualização, numa espécie de consolidação. Assim, não era a toa que Aluísio Alves, liderança-mor e figura paradigmática neste jogo dual, ao lado de seu opositor Dinarte Mariz, pretendesse entregar o governo a um homem da sua geração política. E se assim o fez, lançando a “Cruzada da Esperança” com os nomes do Monsenhor Walfredo Gurgel, seu Vice-Governador, para o Governo do Estado e Agnelo Alves, seu irmão, seu chefe de gabinete e presidente da Fundação de Habitação Popular (FUNDAHP), apontado como grande articulador de Aluísio Alves, responsável pela construção das alianças eleitorais e pela implementação das políticas de governo, para a prefeitura do Natal.

Portanto, Agnelo Alves trazia consigo as insígnias constituídas na atualização dual da política em 1960. Destinado a representar os canguleiros e a cor verde, a esperança de uma nova perspectiva de futuro, assegurando a consolidação no poder de uma nova geração política no Rio Grande do Norte. A radicalização das tomadas de posições, o arrefecimento dos ânimos, seria assim mais que compreensível, haja

vista que tal questão fosse de nossa natureza histórico-antropológica.

Contudo, o jornal colocava que infelizmente a mesma renovação não era verificada em relação ao interesse popular que se manifestaria de forma apenas inconsciente, com verdadeiras hordas humanas que a base de elementos simbólicos e cânticos acompanhavam tal e qual candidato.

E em vista disto a terminologia usada caracteriza-se pelo linguajar jocoso (fechador, velho babão, ladrão...). Admitem alguns que esta linguagem estaria sendo utilizada, pois é a única maneira das lideranças manterem contato vertical com o povo¹⁷

Assim, continuaria o desinteresse para com as questões políticas por parte dos eleitores. Ou quando assim faziam, seria para repetir jargões e termos de baixo calão para tal e qual candidato. E o que seria pior, os próprios postulantes estariam incentivando a utilização da linguagem ofensiva contra seu concorrente, como uma maneira de arregimentar mais votos para si, a partir de uma identificação com o povo. Aqui o periódico apontava que a força histórica dual levava a uma postura das oposições dos primeiros tempos, em que os grupos indígenas chegavam a se rivalizar fisicamente. Contudo, as formas de aproximação popular empreendidas no período nos levam a apontar novas formas de práticas políticas.

A Identidade da Política com o Popular

Para o jogo político, num período democrático, tal como se colocava o início dos anos de 1960, era essencial o contato com o povo. Afinal, era através do voto atribuído por este que se elegiam os representantes dos poderes Executivo e Legislativo. E até mesmo com a concretização do Golpe Militar em 1964, as eleições para poder municipal na Cidade do Natal, efetivadas em 1965, ainda contavam com a legitimação do voto.

O crescimento demográfico nas cidades, superando o número da população rural, se inseria como outro ingrediente que fazia urgir uma nova postura da classe política em relação às camadas populares. Era preciso persuadir estas de que tal candidato mereceria a sua confiança, encarnando os seus anseios, proporcionando uma identificação do político que assumiria uma espécie de liderança em relação ao povo.

Os periódicos natalenses eram conscientes destes elementos e suas leituras já apontavam para a necessidade de novas maneiras de se relacionar com os eleitores. É neste sentido que a “A Ordem” apontava a figura de Dix-Sept Rosado Maia como o primeiro a inovar os métodos de propaganda eleitoral, aproximando-se do povo, traço marcante de sua campanha, colocando tais questões como fator preponderante de sua vitória ao Governo do Estado em 1950¹⁸.

¹⁷ ELEIÇÃO: perspectiva histórica. *A Ordem*. 2 out. 1965.

¹⁸ ELEIÇÃO: perspectiva histórica. *A Ordem*. 2 out. 1965.

Mas foi na campanha de 1960 ao governo do estado do Rio Grande do Norte que novos métodos propagandísticos foram utilizados em toda sua completude. A prática política encarnada por Aluizio Alves¹⁹ se inseria como um componente eminentemente novo, que, num período democrático, de crescente número de eleitores, e de crescimento (sub)urbano necessitava da solicitação ao apoio popular, a identificação entre as camadas menos favorecidas, encarnando as esperanças de tais.

Exemplo destas preocupações em torno de persuasão junto ao eleitorado, uma empresa de publicidade fora contratada para ser responsável pela estratégia propagandística de sua campanha política eleitoral, recurso nunca antes utilizado no Rio Grande do Norte. Com isso o candidato, poderia contar com o apelo “moderno” da técnica publicitária para com mais facilidade, e usando as estratégias dos profissionais da comunicação de massas, convencer a população de que realmente representava a esperança de mudança, pois, os publicitários se encarregariam de construir essa nova imagem política.

O recurso propagandístico fora intensamente explorado, com utilização inclusive de jingles musicais, que construía uma imagem de proximidade e identificação com o grande eleitorado, com as camadas populares. Músicas que traziam palavras de ordem em relação ao candidato, de fácil entendimento e inserção, e assim amplamente consumidas pelas camadas populares.

Aluizio Alves construiu um discurso em que se apresentava como liderança política que romperia com o atraso econômico e com as velhas oligarquias políticas conservadoras, que seriam patrocinadoras desse atraso. Atento a importância do eleitorado das camadas populares, fomentou estratégias de grande poder de persuasão junto às massas. Estratégias em que as divulgações da campanha eram permeadas de elementos simbólicos. A esperança e a cor verde tornaram-se símbolos para gestos e metáforas. Assim chamavam-no de “Candidato da Esperança”, os dias da eleição era o “Dia da Esperança”, os comícios e passeatas realizadas as “Caravanas da Esperança”, o grupo político e os partidários faziam parte da “Cruzada da Esperança”, além do “Trem da Esperança”. As músicas de campanha estavam contaminadas por esses bordões.

*Foi no Trem da Esperança
Que Aluizio viajou
Quando chegou na guarita,
A notícia encontrou:
Que o chefe de polícia,
Em decreto oficial,
Proibiu os seus comícios
No coração de Natal.*

¹⁹ Para uma análise diferente deste período, que compreende o papel político da figura de Aluizio Alves a partir do conceito do populismo, ver: PEREIRA, Henrique A. A. R. *O Homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1996. Para ver a crítica a utilização de tal conceito, com a qual concordamos, ver: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

*Mas o povo em passeata
Prá lá desfilou,
E em frente ao comitê
Aluizio falou.²⁰*

Os acontecimentos mais inusitados ocorridos durante a campanha foram transformados em músicas e paródias. As adversidades e os insultos promovidos pela chapa opositora eram, numa contrapartida propagandística, transformados em benefícios à campanha, construindo a impressão de que o adversário, o então Senador Dinarte Mariz, possuía uma antipatia pela população comum, transformando Aluizio Alves no paladino das camadas populares. Articulava assim, suas dificuldades as do povo, promovendo uma identidade, como que ao se opor ao grupo aluizista os adversários também estivessem se opondo ao próprio povo, transformando as questões negativas em positivas para sua campanha. As ofensas feitas aos correligionários de Aluizio Alves – apelidando-os de “gentinha”, por exemplo – foram capitalizadas pelos coordenadores da campanha, e transformada em bordão, associando a imagem do oponente a um representante dos ricos e poderosos que mandavam e desmandavam no estado, sendo os responsáveis pela corrupção política e a pobreza. Sua vitória encarnaria, portanto, a própria conquista das camadas populares.

*Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
Vejo alguém que está chorando,
Deixa chorar.
Debruçado na janela, deixa chorar.
A gentinha é quem manda,
Deixa mandar. Vai votar em Aluizio.
Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
Nosso voto é de Aluizio, é de Aluizio.
A vitória é de Aluizio, é de Aluizio.
A gentinha vai vibrar, sim vai vibrar.
Quando Aluizio governar.
Aluizio vai ganhar a eleição,
Em toda parte de Natal ao Sertão.
A eleição vai ser barbada, vai sim senhor.
A gentinha está com tudo,
Está sim senhor. Dando voto a Aluizio.
Aluizio vai ganhar a eleição
Em toda parte de Natal ao Sertão.²¹*

A cidade, principalmente Natal, era a temática recorrente nos seus discursos e nos seus jingles musicais, o principal alvo dentro do apelo propagandístico efetivado na campanha. Afinal, era ali que se localizava o grande percentual de eleitores e

²⁰ PINHEIRO, Tertuliano (org.). *Trem da esperança*: jingles políticos que fizeram história. CD sonoro, 2006.

²¹ ALUÍZIO VAI GANHAR. In: PINHEIRO, *Trem da esperança*...

era principalmente para os locais menos assistidos do ponto de vista das políticas públicas do estado, que os elementos discursivos procuravam se direcionar.

Os comícios também eram efetivados principalmente nas regiões suburbanas da cidade, onde se localizavam o maior número de eleitores da capital do estado do Rio Grande do Norte e que mais se inclinavam a votar no grupo aluizista, haja vista sua construção discursiva ser direcionado para estes.

Nas eleições municipais de 1965, na Cidade do Natal, os recursos propagandísticos também foram largamente utilizados. Porém, era a figura “mítica”, carismática e popular de Aluizio Alves que centrou o processo eleitoral da contenda. Sua posição central estava presente desde a escolha do candidato do grupo, seu próprio irmão Agnelo Alves.

Interessante notar é que a inserção de Agnelo Alves junto ao eleitorado, ao contrário de Aluizio Alves, era insignificante. Necessitando, portanto, de um esforço de construção da imagem do então candidato a prefeito do grupo aluizista. Tal construção se iniciou com a colocação de Agnelo Alves à frente da Fundação de Habitação Popular, órgão inteiramente ligado as demandas das camadas populares.

Porém, é na articulação, na sobreposição com os símbolos aluizistas que se fundará a imagem de Agnelo Alves. Estratégia que se saiu vitoriosa, haja vista sua eleição para prefeito em outubro de 1965. Mas, alcançada a vitória com base nos comícios e no capital político de Aluizio Alves, as preocupações com a construção da imagem continuaram, como bem denotam as preocupações com as inaugurações das obras as mais diversas.

Nesta lógica política e eleitoral, de construção de imagens articuladas com as camadas populares, é preciso levar em conta também o papel que os comícios e passeatas representavam para os grupos menos favorecidos. Era o momento de maior aproximação do candidato com seus eleitores – e esta estratégia é levada a cabo mesmo após as eleições, com as inaugurações das obras –, momento não só político, mas também lúdico, de lazer para a população. E a classe política parecia compreender bem este papel:

Há poucos dias estivemos observando um comício político num dos subúrbios de nossa capital. Como é natural nesta campanha, constatamos o entusiasmo, o delírio, o excesso apossando-se em intensidade variável da multidão que ali se postava.

Mas sobretudo nos aguçou a atenção, uma espécie de departamento de propagação do álcool que funcionava próximo em viaturas dos correligionários e promotores daquela manifestação. Os carros encontravam-se estacionados um pouco distantes do aglomerado humano, como que se escondendo, no anonimato da noite.

Para este recanto do vício, onde saciavam seus instintos e desta forma contribuía para meta publicitária de “aumento do entusiasmo”.

O que é lamentável em tudo isto é a insensibilidade dos

responsáveis pela contenda política em nosso Estado. Teimam eles em não enxergar o perigo que representa multidão fanatizada e ainda por cima embriagada moral e fisicamente.

Os que julgam gritos, delírios incontrolados (sic), agressividade e irracionalismo tão comuns nestes ajuntamentos, como meio de impressionar e persuadir, podem inclusive ser tragados por um destes movimentos criminosos da multidão.²²

Elementos como os comícios, a propaganda eleitoral e as inaugurações e festividades levadas a cabo pela municipalidade pelo grupo liderado por Aluizio Alves, autorizam apontar a emergência de uma nova cultura política no contexto norte-rio-grandense. Cujos componentes discursivos operavam simbolicamente uma aproximação com as camadas populares e uma prática de visibilidade no cenário urbano. É a cidade que se tornará por excelência o palco de exercício da política.

Eram formas próprias de comunicação com o eleitorado que se colocava como elemento central, importando para os grupos políticos e para a população a identificação, como se descrevia, se relatava e interpretava o mundo. Cabia às camadas populares a confrontação com as informações, promovendo uma leitura, mesmo que indireta, dos acontecimentos e dos discursos políticos.

O que estava posto era um jogo de motivações, para além de uma mera passividade dos eleitores em relação às práticas e discursos da política, em que eram arregimentadas componentes da vida material e simbólica, que procuravam integrar de alguma maneira as camadas populares no cenário político, em que a cidade se colocava, por excelência, como arena.



²² DELGADO, Guilherme. “Multidão embriagada”. *A Ordem*, Natal, 21 jun. 1965.

RESUMO

Nos anos de 1960, ocorria na Cidade do Natal um dinâmico processo de crescimento urbano, com significativo aumento populacional e produção de novos espaços se constituindo ao redor dos núcleos de ocupação originários. Neste contexto, os jornais do período se dedicavam a noticiar os graves problemas de infraestrutura que grassavam a cidade. Mas, por outro lado, seja numa linha crítica, irônica ou simpática, também destacavam as ações da municipalidade no sentido de se fazer presente nos espaços urbanos não apenas efetivando obras de melhoramentos, mas também a partir de visitas e inaugurações com motivos os mais diversos, que se tornam aí cada vez mais constantes. Refletindo sobre tal contexto, o artigo discute as ações do poder municipal sobre os espaços urbanos, situando como os próprios atores compreendiam a relação da política com a cidade e seus eleitores, articulando tais práticas e representações a construção de uma cultura política que procurava suscitar uma identificação com as camadas populares. Trata-se de debater as relações entre o espaço urbano e o exercício da política, a partir das práticas, rituais e símbolos do poder.

Palavras Chave: Cultura Política; Espaços Urbanos; História do Tempo Presente.

ABSTRACT

In the city of Natal during the 60's there was a dynamic process of urban growth happening, with a meaningful population increase and the production of new spaces around the original occupation sites. In this context, the current press dedicated itself to giving account of the grave infrastructure problems that took place in the city. On the other hand, whereas in a critical, ironic or even sympathetic line, they also highlighted the municipal agents' actions as to being present in these urban spaces, not only through improvement constructions, but also through visits and openings motivated by the most varied reasons. Reflecting on this context, this article discusses the action of the municipal government on the urban areas, pointing out how the actors themselves comprehended the relationship between the city and its electors, articulating such practices and representations to the making of a political culture that sought to arise an identification with the popular substrates. The aim is to discuss the relationships established between the urban space and the exercise of politics, comprised in the practices, rituals and symbols of power.

Keywords: Political Culture; Urban Spaces; Present Time History.